

Colégio	Sala	Ordem



TRT 15 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501171388M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

TRT 15

CARGO:

Analista Judiciário - Área Administrativa

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

01/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

01/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 15ª REGIÃO - 2º SIMULADO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS
LÍNGUA PORTUGUESA
Letícia Bastos

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 5.

Por que furacões e ciclones têm nomes de pessoa

1 Os furacões e ciclones recebem nomes para facilitar a comunicação entre meteorologistas e o público. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) afirma que dar nomes aos furacões é a forma mais eficiente de comunicação e alertas para a população. Ela também facilita a comunicação marítima sobre tempestades.

5 A prática de nomear ciclones tropicais começou anos atrás para ajudar na rápida identificação de tempestades em mensagens de alerta porque nomes são muito mais fáceis de lembrar do que números e termos técnicos. Muitos concordam que dar nomes a tempestades facilita que a mídia noticie sobre ciclones tropicais, aumenta o interesse em alertas e aumenta a preparação da comunidade. Furacões e ciclones recebem nomes depois que atingem ventos constantes de 63 km/h. Apenas os de grande impacto costumam ter seu nome veiculado na imprensa.

Regiões diferentes adotam padrões diferentes

10 Segundo a Met Office, a agência meteorológica do Reino Unido, na maioria das regiões, listas alfabéticas pré-determinadas de nomes masculinos e femininos de pessoas são usadas. Mas, no oeste do Pacífico Norte e no norte do oceano Índico, a maioria dos nomes usados não é de pessoas. Lá, a maioria das tempestades recebe nomes de flores, animais, pássaros, árvores, alimentos ou adjetivos. Para a região do Caribe e da América do Norte, a Organização Meteorológica Mundial possui seis listas diferentes de nomes, que vão de A a Z.

15 Os furacões recebem nomes por ordem alfabética, que são dados por ordem cronológica ao longo do ano. O primeiro furacão deste ano foi chamado de Alberto, que começa com a letra "A". O segundo foi chamado de Beryl, o seguinte, Chris. E assim por diante. Muitos sequer tiveram destaque na imprensa. Os mais perigosos até agora foram o Helene — que provocou 255 mortes há duas semanas — e o Milton.

20 As seis listas de nomes são recicladas a cada ano. Ou seja, em 2030, daqui a seis anos, os furacões voltarão a ser chamados de Alberto, Beryl, Chris, etc. E esses mesmos nomes já foram usados há seis anos, em 2019. Até 1979, só havia nomes femininos na lista. Mas desde então, há tanto nomes masculinos como femininos. Furacões e ciclones possuem temporadas fixas, épocas quando eles costumam acontecer.

No Atlântico Norte e Caribe, essa temporada vai de primeiro de junho a trinta de novembro, período em que os nomes da lista são usados. No Pacífico Norte Oriental, a temporada vai de quinze de maio a trinta de novembro.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgey0zq2qww0>. adaptado.

1. Com base no texto, assinale o principal motivo para a atribuição de nomes a furacões e ciclones tropicais.
- (A) Facilitar a identificação e comunicação eficaz de informações sobre tempestades, promovendo maior conscientização e preparação da população.
 - (B) Garantir que apenas os ciclones de maior impacto sejam noticiados pela imprensa, melhorando a qualidade dos alertas meteorológicos.
 - (C) Proporcionar uma forma prática de homenagear culturas e tradições locais das regiões afetadas pelas tempestades.
 - (D) Substituir números e termos técnicos por uma nomenclatura mais científica e sistemática, simplificando os relatórios meteorológicos.
 - (E) Atender a uma exigência da Organização Meteorológica Mundial para padronizar os alertas em todo o mundo.
2. No contexto do texto, o termo "facilitar" aparece para explicar a principal razão da nomeação de furacões e ciclones. Assinale a interpretação que mais se aproxima do sentido atribuído a essa palavra no texto.
- (A) Simplificar a comunicação entre meteorologistas e marinheiros, tornando as tempestades menos assustadoras para o público.
 - (B) Proporcionar aos pesquisadores uma maneira mais eficiente de catalogar eventos climáticos extremos em relatórios científicos.
 - (C) Tornar mais ágil e compreensível a transmissão de informações e alertas sobre tempestades, promovendo maior conscientização pública.
 - (D) Viabilizar a padronização global dos nomes de tempestades, garantindo que eles sejam universalmente aceitos e compreendidos.
 - (E) Enfatizar a necessidade de distinguir os ciclones tropicais mais intensos para fins de cobertura jornalística.

3. O texto sobre a nomeação de furacões e ciclones apresenta características que permitem classificá-lo em um gênero textual específico. Com base nas informações apresentadas, o gênero textual predominante no excerto é:
- (A) relatório técnico, pois apresenta dados organizados sobre a ocorrência de furacões e ciclones.
 - (B) editorial, já que expõe uma opinião crítica sobre a prática de nomeação de tempestades.
 - (C) texto informativo, por apresentar informações sobre a prática de nomear fenômenos climáticos e seus objetivos.
 - (D) artigo científico, em razão da abordagem detalhada de padrões meteorológicos e suas implicações.
 - (E) crônica, visto que explora os aspectos humanos relacionados à prática de nomear fenômenos climáticos.
4. No trecho do texto *“A prática de nomear ciclones tropicais começou anos atrás para ajudar na rápida identificação de tempestades em mensagens de alerta porque nomes são muito mais fáceis de lembrar do que números e termos técnicos”*, a expressão *“em mensagens de alerta”* exerce a função sintática de:
- (A) adjunto adverbial, ao indicar o local onde as tempestades são identificadas.
 - (B) complemento nominal, ao completar o sentido do substantivo “identificação”.
 - (C) predicativo do objeto, ao atribuir uma característica ao termo “tempestades”.
 - (D) objeto indireto, ao complementar o verbo “identificar” por meio de preposição.
 - (E) aposto, ao esclarecer o termo “tempestades”.
5. Em relação à pontuação empregada no trecho do texto *“Os furacões e ciclones recebem nomes para facilitar a comunicação entre meteorologistas e o público. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) afirma que dar nomes aos furacões é a forma mais eficiente de comunicação e alertas para a população.”*, analise a função da pontuação utilizada e assinale a alternativa correta.
- (A) A pontuação empregada organiza as ideias, separando explicações e informações complementares de maneira lógica e fluida.
 - (B) O ponto final após *“meteorologistas e o público”* é inadequado, pois interrompe a continuidade do raciocínio entre as orações.
 - (C) A ausência de vírgulas no trecho prejudica a leitura e a identificação de informações complementares.
 - (D) A pontuação deveria incluir um ponto e vírgula após *“a comunicação entre meteorologistas”*, para separar melhor as ideias.
 - (E) O uso de parênteses em *“(OMM)”* é incorreto, já que deveria ser substituído por vírgulas para garantir a coesão textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Diego Ribeiro

6. Três suspeitos (Ana, Bruno e Clara) foram interrogados:
- Ana: “Eu não cometi o roubo.”
 - Bruno: “Ana está mentindo.”
 - Clara: “Se Bruno está dizendo a verdade, então eu não sou inocente.”
- Sabendo que apenas um deles está dizendo a verdade, o culpado é:
- (A) Ana
 - (B) Bruno
 - (C) Clara
 - (D) Não é possível determinar
 - (E) Todos são inocentes.
7. Um tribunal teve um aumento de 40% no número de processos, e passou a distribuir proporcionalmente a nova carga de trabalho entre três setores (A, B e C) na razão de 2:3:5. Se o setor C recebeu 300 processos a mais com o aumento, o número inicial total de processos era:
- (A) 750
 - (B) 800
 - (C) 900
 - (D) 1.000
 - (E) 1.500

8. Em um tribunal, 10 processos são sorteados aleatoriamente para análise prioritária. Entre eles, 4 são de natureza trabalhista, 3 de natureza cível e 3 de natureza criminal. A probabilidade de que os dois primeiros processos sorteados sejam trabalhistas é de:
- (A) 1/5
 - (B) 1/6
 - (C) 2/15
 - (D) 3/35
 - (E) 2/45

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rafael de Oliveira

9. Sobre a Lei n. 13.146/2015, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
 - II. Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
 - III. À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- (A) Somente o item I está correto.
 - (B) Somente o item II está correto.
 - (C) Todos estão corretos.
 - (D) Somente o item III está correto.
 - (E) Nenhum está correto.
10. Para os fins da Lei n. 10.098/2000, são estabelecidas as seguintes definições, com exceção:
- (A) pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - (B) pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
 - (C) acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
 - (D) elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.
 - (E) desenho universal: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.
11. Sobre a Lei n. 10.048/2000, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, às pessoas com deficiência, às pessoas com transtorno do espectro autista, às pessoas idosas, às gestantes, às lactantes, às pessoas com criança de colo e às pessoas com mobilidade reduzida.
 - II. Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.
 - III. Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após 6 meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.
- (A) Somente o item I está correto.
 - (B) Somente o item II está correto.
 - (C) Todos estão corretos.
 - (D) Somente os itens I e II estão corretos.
 - (E) Nenhum está correto.

CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT 15
Glauber Marinho

12. Conforme o Código de Ética do TRT 15, a penalidade de censura ética, decorrente de violação das normas estipuladas no Código, será aplicada pelo:
- (A) Diretor-Geral ou pelo Presidente do Tribunal, conforme o caso.
 - (B) Diretor-Geral.
 - (C) Presidente do Tribunal.
 - (D) Secretário-Geral Judiciário.
 - (E) Secretário-Geral da Presidência.
13. De acordo com o Código de Ética do TRT 15, a respeito das normas gerais do procedimento, assinale a alternativa correta.
- (A) O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Ética será instaurado, exclusivamente de ofício
 - (B) À Comissão de Ética incumbe fornecer às unidades encarregadas da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre conduta ética, para instruir e fundamentar promoções
 - (C) A Comissão de Ética deverá comunicar a instauração do processo a servidor denunciado, porém, sem a necessidade de sigilo das partes envolvidas
 - (D) A Comissão de Ética, ao constatar a possível ocorrência de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, proporá, no relatório conclusivo, a remessa de cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos. Entretanto, essa providência não será adotada quando se tratar de ilícitos penais
 - (E) Caberá exclusivamente ao Diretor-Geral a decisão sobre eventual remessa de cópia dos autos para apuração de possível ilícito penal cometido por servidor da Casa quando a autoridade competente para apuração for externa ao âmbito da Corte.
14. Conforme o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, compete à Comissão de Ética, exceto:
- (A) elaborar plano de trabalho específico, envolvendo, se for o caso, outras unidades do Tribunal.
 - (B) dirimir dúvidas a respeito da interpretação e aplicação deste Código.
 - (C) conhecer de denúncias ou representações formuladas contra servidor.
 - (D) submeter ao Presidente do Tribunal sugestões de aprimoramento do Código de Ética.
 - (E) apresentar o relatório semestral das atividades da Comissão à Presidência.

REGIMENTO INTERNO DO TRT 15
Eduardo Galante

15. No que se refere o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, indique a alternativa correta.
- (A) As decisões do Tribunal Pleno serão tomadas por maioria absoluta, exceto quando houver lei que dispuser de forma diversa.
 - (B) Para a instalação e funcionamento do Órgão Especial, exigir-se-á o quórum de maioria qualificada; e as deliberações serão tomadas pela maioria simples, exceto quando este Regimento Interno dispuser de forma diversa.
 - (C) Para a instalação e funcionamento do Tribunal Pleno, exigir-se-á o quórum de maioria absoluta, observadas as exceções previstas no Estatuto Geral do Tribunal.
 - (D) Se o Desembargador não comparecer à sessão do Tribunal Pleno, sem justificativa, por 5 (cinco) vezes consecutivas, é competência do Órgão Especial do Tribunal apreciar a falta.
 - (E) O Órgão Especial é composto pelo(a) Presidente do Tribunal, além de 17 (dezesete) Desembargadores(as) mais antigos(as) e de 17 (dezesete) Desembargadores(as) eleitos(as) na forma desse Regimento Interno, facultada a renúncia até o momento da posse.
16. Em relação ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, assinale a alternativa correta.
- (A) O Tribunal Pleno é constituído pelos 25 (vinte e cinco) Desembargadores(as) mais antigos(as) do Tribunal.
 - (B) Instalada uma nova Câmara, abrir-se-á prazo de 30 (trinta) dias para pedido de remoção, respeitada a preferência por merecimento.
 - (C) Fica estabelecido, como transição e adequação administrativa, o período de 90 (noventa) dias que antecede a data da posse dos(as) Desembargadores(as) eleitos(as) para os cargos da Administração.
 - (D) Cada gabinete envolvido na transmissão dos cargos da Administração designará um(a) servidor(a) para receber, da direção em exercício, em até 30 (trinta) dias após a posse, informações e parecer circunstanciado.
 - (E) As permutas de Desembargadores(as) entre Câmaras independem de aprovação e deverão ser comunicadas em petição conjunta ao(à) Presidente do Tribunal, com a ciência prévia aos(às) Presidentes das respectivas Câmaras e Turmas.

17. Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, marque a alternativa correta.
- (A) Para a instalação da sessão de eleição, será necessário o quórum de maioria simples.
 - (B) Não poderão ter assento na mesma Seção Especializada, ou Câmara do Tribunal, cônjuges, companheiros(as), parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o segundo grau.
 - (C) O(A) Desembargador(a) que tiver exercido quaisquer dos cargos de direção pelo período de 2 (dois) anos consecutivos ou o de Presidente não poderá concorrer à eleição, salvo se não houver membros elegíveis candidatos ao pleito.
 - (D) Os (As) Desembargadores(as) interessados(as) em concorrer à eleição deverão apresentar sua inscrição ao(à) Presidente do Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do dia da eleição, apontando, de forma sucessiva, todos os cargos aos quais concorrerão.
 - (E) Para os cargos de direção, será considerado(a) eleito(a) o(a) candidato(a) que obtiver maioria simples dos votos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Leonardo Vasconcelos

18. No Gmail do Google Workspace, o uso de marcadores oferece ao usuário uma maneira eficiente de organizar suas mensagens. A respeito desse recurso, considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.
- (A) O uso de marcadores no Gmail exige que cada mensagem seja movida para uma pasta exclusiva, garantindo assim que não haja duplicidade de organização.
 - (B) Uma mensagem no Gmail pode ser associada a múltiplos marcadores simultaneamente, permitindo que ela seja encontrada em diferentes categorias de organização.
 - (C) Ao aplicar um marcador a uma mensagem no Gmail, ela é automaticamente excluída da Caixa de Entrada.
 - (D) Os marcadores no Gmail funcionam de forma semelhante às etiquetas, permitindo que uma mesma mensagem seja classificada em mais de uma categoria sendo a mensagem duplicada.
 - (E) Não é possível criar marcadores personalizados no Gmail; o usuário deve utilizar apenas os marcadores predefinidos pelo sistema.
19. No Google Drive do Google Workspace, ao compartilhar uma pasta utilizando a opção "Qualquer pessoa com o link", ocorre uma das seguintes situações. Assinale-a.
- (A) Somente usuários que possuem uma conta no Google poderão acessar a pasta, independentemente da permissão concedida.
 - (B) Qualquer pessoa que tiver o link poderá acessar a pasta, mas será necessário solicitar permissão ao proprietário antes de visualizar os arquivos.
 - (C) Qualquer pessoa que tiver o link poderá acessar a pasta, sem a necessidade de uma conta no Google, de acordo com a permissão definida pelo proprietário, como visualização, comentário ou edição.
 - (D) A opção "Qualquer pessoa com o link" permite apenas o compartilhamento de arquivos individuais, não sendo aplicável a pastas inteiras.
 - (E) Ao compartilhar uma pasta com link, todos os usuários que acessarem o link terão automaticamente permissão de edição sobre os arquivos da pasta.
20. No navegador Google Chrome, o serviço de preenchimento automático de senhas:
- (A) exige a ativação manual do recurso pelo usuário e permite que as senhas sejam sincronizadas com a conta do Google, para acesso em diferentes dispositivos.
 - (B) está sempre ativado por padrão e não permite ao usuário excluir senhas salvas após sincronização com a conta do Google.
 - (C) exige que o usuário utilize obrigatoriamente a verificação em duas etapas para habilitar o preenchimento automático de senhas em dispositivos móveis.
 - (D) funciona apenas em sites que utilizam o protocolo HTTPS, garantindo maior segurança no preenchimento automático de credenciais.
 - (E) pode ser desativado a qualquer momento, e as senhas salvas podem ser gerenciadas ou excluídas pelo usuário nas configurações do navegador.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL****Ricardo Blanco**

21. Assinale a opção correta em relação à eficácia das normas constitucionais.
- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Trata-se de uma norma de eficácia limitada.
 - (B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Trata-se de uma norma de eficácia plena.
 - (C) A Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo.
 - (D) A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia limitada de princípio programático.
 - (E) A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia exaurida.
22. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.
- (A) A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e no exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal.
 - (B) A fixação de horário de funcionamento de estabelecimento comercial é matéria de competência municipal, considerando improcedentes as alegações de ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, da livre iniciativa, da livre concorrência, da liberdade de trabalho, da busca do pleno emprego e da proteção ao consumidor.
 - (C) É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.
 - (D) Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de suas dívidas, em virtude do disposto no art. 100 da CF/1988, e dos princípios da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), da separação dos poderes (arts. 2º, 60, § 4º, III, da CF) e da eficiência da administração pública (art. 37, *caput*, da CF).
 - (E) Segundo o STF é inconstitucional o art. 43 do regimento interno do STF((RISTF) que prevê: “Ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o Presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro Ministro”, tendo em vista que o julgador não pode atuar como investigador sob ofensa ao princípio da separação dos poderes.
23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:
- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
 - (B) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
 - (C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
 - (D) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
 - (E) manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
24. Aos juízes federais compete processar e julgar, exceto:
- (A) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
 - (B) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
 - (C) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
 - (D) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
 - (E) processar e julgar, originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

25. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.
- (A) O Ministério Público tem legitimidade ativa para a defesa, em juízo, dos direitos e interesses individuais homogêneos, quando impregnados de relevante natureza social, como sucede com o direito de petição e o direito de obtenção de certidão em repartições públicas.
 - (B) A avocação de atribuições de membro do Ministério Público pelo Procurador-Geral implica quebra na identidade natural do promotor responsável, já que não é atribuição ordinária da Chefia do Ministério Público atuar em substituição a membros do órgão. Essa hipótese de avocação deve ser condicionada à aceitação do próprio promotor natural, cujas atribuições se pretende avocar pelo PGJ, para afastar a possibilidade de desempenho de atividades ministeriais por acusador de exceção, em prejuízo da independência funcional de todos os membros.
 - (C) Por força do princípio da unidade do Ministério Público (art. 127, § 1º, da CF), os membros do Ministério Público integram um só órgão sob a direção única de um só Procurador-Geral. Só existe unidade dentro de cada Ministério Público, não havendo unidade entre o Ministério Público de um Estado e o de outro, nem entre esses e os diversos ramos do Ministério Público da União.
 - (D) A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – LONMP – previu que: “Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato”. Disciplinamento da omissão, a fim de garantir a existência de um Procurador-Geral de Justiça de forma a implementar o mandamento constitucional de investidura do Procurador-Geral de Justiça, e garantia da independência e do autogoverno da instituição. O legislador utilizou-se da maneira menos gravosa de corrigir eventual omissão e evitar a completa ausência de Procurador-Geral de Justiça: proporcionalidade da solução desenhada pela LONMP. O art. 9º, § 4º, da Lei n. 8.625/1993 não subverte a metodologia constitucionalmente imposta para a escolha dos Procuradores de Justiça. Regulação proporcional da forma de nomeação do Procurador-Geral de Justiça em razão da omissão do Chefe do Poder Executivo.
 - (E) O modo de investidura do Procurador-Geral de Justiça constitui garantia de independência e autogoverno, visando à proteção da Sociedade e à defesa intransigente do regime democrático e exige, para sua regulamentação, a edição de lei ordinária estadual de iniciativa da própria Instituição (CF, art. 128, § 5º). A Constituição Federal consagrou os requisitos básicos para a escolha do Procurador-Geral de Justiça, bem como a existência de mandato por tempo certo, impossibilitando sua demissão *ad nutum*, garantindo-lhe a imparcialidade necessária para o pleno exercício da autonomia administrativa da Instituição, sem possibilidade de ingerências externas.
26. Assinale a opção incorreta em relação ao entendimento do STF.
- (A) A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a CF.
 - (B) Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação presuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.
 - (C) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
 - (D) Pensão por morte e por invalidez para os mandatos políticos municipais, beneficiando os ex-ocupantes dos cargos, seus cônjuges ou companheiros sobreviventes, bem como seus descendentes consanguíneos de 1º grau é constitucional, porque se revela compatível com o princípio republicano e o princípio da igualdade a outorga de tratamento diferenciado a determinado indivíduo.
 - (E) É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael de Oliveira

27. O princípio da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, garante que:
- (A) todos os atos administrativos, sem exceção, devem ser publicados em meios de comunicação de massa.
 - (B) a transparência administrativa pode ser relativizada em casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (C) a publicidade é uma exigência absoluta, não se admitindo restrições em nenhuma circunstância.
 - (D) o princípio da publicidade impede a Administração Pública de proteger informações de caráter pessoal.
 - (E) a inobservância ao princípio da publicidade torna os atos administrativos automaticamente nulos.

28. Conforme o art. 20 da LINDB, no caso de revisão ou invalidação de atos administrativos, deve-se considerar:
- (A) apenas a conformidade legal e a literalidade da norma no momento da prática do ato.
 - (B) os prejuízos decorrentes da manutenção do ato irregular, independentemente de boa-fé ou interesse social.
 - (C) a boa-fé dos envolvidos e as consequências práticas da decisão administrativa.
 - (D) a exclusividade do interesse público, desconsiderando eventuais efeitos para os particulares.
 - (E) a presunção absoluta de legitimidade do ato administrativo, tornando a revisão impossível.
29. Sobre o poder regulamentar, é correto afirmar:
- (A) é exclusivo do chefe do Executivo, que edita decretos para detalhar a lei sem inovar no ordenamento jurídico.
 - (B) permite à Administração criar leis complementares para regulamentar questões de ordem prática.
 - (C) abrange a edição de decretos legislativos que possuem força de lei.
 - (D) autoriza a delegação do poder regulamentar a particulares, desde que expressamente previsto em contrato.
 - (E) o poder regulamentar não está sujeito a controle judicial, por ser discricionário e técnico.
30. A autoexecutoriedade é uma característica do ato administrativo que:
- (A) está presente em todos os atos administrativos, independentemente de previsão legal.
 - (B) permite à Administração executar diretamente suas decisões, salvo casos em que a lei exija autorização judicial.
 - (C) é exclusiva dos atos vinculados, não se aplicando aos atos discricionários.
 - (D) está vinculada à imperatividade e exige sempre prévia notificação ao administrado.
 - (E) torna o ato administrativo insuscetível de controle pelo Poder Judiciário.
31. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, configura abuso de autoridade:
- (A) a prática de ato legal que cause prejuízo a terceiros, desde que autorizado pela lei.
 - (B) a decretação de medida de privação de liberdade sem fundamentação legal ou em manifesta divergência com os fatos.
 - (C) a omissão na execução de atos administrativos, ainda que não cause danos aos particulares.
 - (D) a publicação de atos administrativos que envolvam servidores públicos em exercício de suas funções.
 - (E) a aplicação de penalidade administrativa a servidor público com base em sindicância preliminar.
32. Sobre as fundações públicas, é correto afirmar:
- (A) Todas as fundações públicas possuem personalidade jurídica de direito público.
 - (B) As fundações públicas podem ser instituídas tanto por lei específica quanto por ato administrativo discricionário.
 - (C) As fundações públicas podem atuar em atividades típicas de Estado, como a fiscalização tributária.
 - (D) As fundações públicas de direito privado são regidas pelas normas do Código Civil e podem ser criadas por autorização legislativa.
 - (E) A criação de fundações públicas exige aprovação legislativa e é limitada às áreas de saúde e educação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Wesley Rodrigues

33. O método Balanced Scorecard (BSC) é amplamente utilizado como ferramenta de gestão estratégica em organizações públicas e privadas. Entre os benefícios proporcionados pelo BSC, de acordo com Kaplan e Norton, é correto afirmar que:
- (A) promove exclusivamente o alcance de metas financeiras da organização.
 - (B) dispensa a necessidade de alinhamento entre as estratégias locais e as prioridades estratégicas da organização.
 - (C) permite o monitoramento contínuo do planejamento estratégico e o alinhamento dos objetivos organizacionais com os indicadores de desempenho.
 - (D) limita-se à utilização de indicadores financeiros, desconsiderando ativos intangíveis.
 - (E) restringe sua aplicação a empresas privadas, sendo inviável para instituições públicas.

34. Com base na classificação de maturidade de processos da Society for Design and Process Science (SDPS), considere a seguinte situação:
- Uma organização foi avaliada quanto à sua maturidade de processos e constatou-se que seus processos já são executados e geridos em colaboração com outras instituições, promovendo cadeias de valor integradas, como ocorre na execução de políticas públicas. De acordo com a classificação da SDPS, a maturidade desse processo corresponde a:
- (A) processos simulados.
 - (B) processos modelados.
 - (C) processos emulados.
 - (D) processos encenados.
 - (E) processos interoperados.
35. Uma organização está enfrentando um ambiente caracterizado por incerteza e ambiguidade, onde todas as informações disponíveis são insuficientes, incertas ou desconhecidas. O gestor responsável pela decisão precisa utilizar criatividade e improvisação para agir diante do cenário. De acordo com a classificação de Thompson sobre as condições ambientais, o tipo de decisão que melhor descreve essa situação é:
- (A) decisão por computação.
 - (B) decisão por julgamento.
 - (C) decisão por compromisso.
 - (D) decisão por inspiração.
 - (E) decisão programada.
36. Durante a elaboração do planejamento estratégico de uma organização pública, foram definidos os elementos do referencial estratégico. Um dos elementos descreve a razão de existir da organização, ou seja, o propósito que orienta suas ações e decisões. Esse elemento é denominado:
- (A) visão.
 - (B) valores.
 - (C) missão.
 - (D) negócio.
 - (E) objetivos.
37. Em uma organização, o gestor está enfrentando dificuldades na comunicação devido à escolha inadequada de canais e à existência de barreiras no processo comunicativo. Considerando os elementos e as classificações do processo de comunicação organizacional, assinale a alternativa correta sobre os conceitos apresentados.
- (A) A comunicação formal ocorre em canais não oficiais, que não foram determinados pela organização.
 - (B) Redes do tipo “todos os canais” promovem alta precisão, mas baixa satisfação entre os membros da organização.
 - (C) O feedback é um elemento essencial que permite à fonte confirmar o sucesso ou a falha no processo de comunicação.
 - (D) Redes do tipo “roda” são caracterizadas por alta satisfação dos membros e baixa velocidade na transmissão da mensagem.
 - (E) A comunicação eficiente ocorre quando há maior compreensão da mensagem pelo receptor, independentemente do custo ou esforço empregados.
38. Uma empresa decidiu implementar uma mudança que consiste na completa reformulação de seu modelo de negócios, incluindo a adoção de novas tecnologias e estratégias que pretendem revolucionar sua atuação no mercado. O objetivo principal dessa mudança é causar um impacto significativo nos clientes e nos concorrentes. De acordo com os tipos de mudança organizacional, essa alteração é classificada como:
- (A) mudança incremental.
 - (B) mudança evolucionária.
 - (C) mudança revolucionária.
 - (D) mudança participativa.
 - (E) mudança planejada.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS**Bruno Eduardo**

39. Uma organização pública enfrenta desafios com baixa motivação dos servidores e queda no desempenho das equipes. Para resolver esses problemas, foi contratada uma consultoria que recomendou a implementação de um programa de gestão estratégica de pessoas focado na motivação intrínseca e no reconhecimento dos colaboradores. Considerando o contexto, assinale a alternativa que melhor reflete uma prática adequada para essa situação.
- (A) Implantar um sistema de recompensas exclusivamente financeiras, sem considerar outros fatores de reconhecimento.
 - (B) Oferecer treinamentos obrigatórios sem consulta às necessidades individuais dos servidores.
 - (C) Estabelecer políticas de reconhecimento baseadas no mérito e em contribuições significativas.
 - (D) Priorizar a avaliação de desempenho apenas para os servidores em cargos de chefia.
 - (E) Centralizar todas as decisões sobre gestão de pessoas na alta administração, excluindo a participação das equipes.
40. Uma empresa deseja adotar indicadores de desempenho para monitorar e melhorar seus processos internos. No entanto, os gestores discordam sobre os critérios de avaliação e os tipos de indicadores a serem utilizados. Assinale a prática que é a mais adequada para essa situação.
- (A) Estabelecer indicadores que sejam mensuráveis, alinhados aos objetivos estratégicos e integrados aos processos organizacionais.
 - (B) Utilizar exclusivamente indicadores financeiros para avaliar o desempenho da organização.
 - (C) Implementar indicadores baseados em metas individuais, sem considerar os objetivos estratégicos globais.
 - (D) Focar apenas em indicadores qualitativos, evitando métricas quantitativas complexas.
 - (E) Priorizar indicadores históricos, desconsiderando a projeção de metas futuras.
41. Uma organização enfrenta resistência de seus colaboradores em relação a mudanças organizacionais recentes, prejudicando a implementação de inovações. Nesse cenário, indique qual é a prática mais recomendada para gerenciar processos de mudança.
- (A) Forçar a adoção das mudanças, ignorando as preocupações dos colaboradores.
 - (B) Promover uma comunicação clara sobre os benefícios das mudanças e envolver os colaboradores no processo de implementação.
 - (C) Centralizar a tomada de decisões sobre mudanças em um pequeno grupo de gestores.
 - (D) Minimizar as mudanças planejadas para evitar conflitos internos.
 - (E) Utilizar a liderança autocrática para impor as mudanças de forma rápida e eficiente.
42. Uma organização decide implementar um programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) como estratégia para reduzir o absenteísmo e melhorar a produtividade. Assinale a alternativa abaixo que melhor exemplifica uma prática associada à QVT.
- (A) Implantar sistemas de monitoramento rigoroso de desempenho sem considerar o bem-estar dos colaboradores.
 - (B) Aumentar a carga horária de trabalho para alcançar metas mais ambiciosas.
 - (C) Focar exclusivamente em iniciativas voltadas para gestores, excluindo os demais colaboradores.
 - (D) Substituir programas de desenvolvimento pessoal por treinamentos técnicos intensivos.
 - (E) Criar um programa de benefícios que inclua assistência médica, horários flexíveis e atividades de bem-estar.
43. Uma empresa está reformulando sua política de gestão por competências. Assinale a alternativa que reflete melhor a prática de gestão por competências.
- (A) Avaliar apenas as competências técnicas, sem considerar as comportamentais.
 - (B) Identificar competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos e planejar ações para desenvolvê-las nos colaboradores.
 - (C) Basear o recrutamento e seleção exclusivamente em qualificações acadêmicas.
 - (D) Focar em competências individuais, ignorando as necessidades do grupo ou da organização.
 - (E) Desconsiderar a atualização contínua das competências em função das mudanças no mercado.
44. Uma instituição pública pretende implementar um novo modelo de gestão de pessoas para alinhar os objetivos organizacionais às necessidades dos colaboradores. Durante as discussões, foram levantados aspectos relacionados à evolução dos modelos de gestão de pessoas, os fatores condicionantes de cada abordagem e a possibilidade de adaptação do modelo estratégico no

setor público. Nesse contexto, o gestor deve propor um modelo que promova a eficiência organizacional e a valorização do capital humano. Com base nos conceitos de modelos de gestão de pessoas, assinale a alternativa que melhor atende aos objetivos descritos.

- (A) Adotar um modelo tradicional, focado no controle e na supervisão rígida das atividades dos colaboradores, para garantir conformidade com os processos.
- (B) Focar exclusivamente na motivação extrínseca, como benefícios financeiros, para aumentar o desempenho dos servidores.
- (C) Priorizar a utilização de ferramentas tecnológicas, desconsiderando a necessidade de capacitação dos colaboradores.
- (D) Implementar um modelo estratégico, alinhando as práticas de gestão de pessoas ao planejamento organizacional e promovendo o engajamento dos servidores.
- (E) Estabelecer uma abordagem reativa, que trate as questões de gestão de pessoas apenas quando surgirem problemas organizacionais.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Anderson Ferreira

45. Considere as técnicas orçamentárias e as definições a seguir:

I. Orçamento-programa	1. Privilegia ajustes marginais nas receitas e despesas para a elaboração do orçamento.
II. Orçamento incremental	2. Busca a participação da sociedade na decisão de alocação dos recursos orçamentários.
III. Orçamento participativo	3. Vincula as ações orçamentárias ao planejamento.

Assinale a alternativa em que representa a correta associação entre as técnicas orçamentárias e as definições.

- (A) I-1; II-2; e III-3.
- (B) I-3; II-2; e III-1.
- (C) I-2; II-3; e III-1.
- (D) I-3; II-1; e III-2.
- (E) I-2; II-1; e III-3.

46. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO referente ao exercício financeiro de 2024 de um ente federativo, conforme:

- (A) a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras de fomento.
- (B) a Constituição, estabelecerá as diretrizes da política fiscal e respectivas metas.
- (C) a Constituição, conterá o anexo de metas fiscais.
- (D) a Lei de Responsabilidade Fiscal, disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- (E) a Constituição, disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

47. O projeto de lei orçamentária anual – PLOA de um ente público respeita o princípio orçamentário da anualidade ao

- (A) consignar dotações oriundas de créditos especiais e extraordinários abertos nos quatro últimos meses do exercício financeiro anterior.
- (B) prever operação de crédito por antecipação para insuficiência de caixa.
- (C) prever dotação ilimitada em caso de urgência ou calamidade pública.
- (D) consignar autorização para que o chefe do Poder Executivo autorize, via decreto, créditos suplementares.
- (E) prever, excepcionalmente, reajuste de vencimento das carreiras administrativas daquele ente público.

48. Em 20/12/2024, suponha que um ente público tenha empenhado um valor de R\$ 100 mil referente à aquisição de um lote de medicamentos. Suponha que o fornecedor tenha realizado a entrega do lote em 02/01/2025, e a verificação do direito adquirido do fornecedor foi concluída em 04/01/2025. Nesse sentido,

- (A) houve variação patrimonial diminutiva no valor de R\$ 100 mil em 20/12/2024.
- (B) o estágio de liquidação foi concluído em 20/12/2024.
- (C) no exercício financeiro de 2024, apenas o estágio do empenho foi concluído referente a essa despesa.
- (D) houve variação patrimonial aumentativa no valor de R\$ 100 mil em 04/01/2025.
- (E) o pagamento foi concluído ainda no exercício financeiro de 2024.

49. A Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício financeiro de 2024 fixou dotação de R\$ 600 mil para custear aquisição de mobiliário. Suponha que tenha sido constatada a necessidade de complementar esse valor por meio da abertura de créditos adicionais. Para analisar a viabilidade disso, foram levantadas as seguintes informações:
- Ativo financeiro em 31/12/2023: R\$ 400 mil
Ativo financeiro em 2024 (até o momento): R\$ 500 mil
Passivo financeiro em 31/12/2023: R\$ 150 mil
Passivo financeiro em 2024 (até o momento): R\$ 200 mil
Até o momento, não havia ocorrido a abertura nem a reabertura de créditos adicionais e não havia operações de crédito vinculadas ao superávit financeiro.
De acordo com as informações acima e com a Lei n. 4.320 de 1964, pode ser autorizado o crédito adicional do tipo
- (A) especial, no valor de R\$ 350 mil.
(B) suplementar, no valor de R\$ 300 mil.
(C) suplementar, no valor de R\$ 350 mil.
(D) especial, no valor de R\$ 300 mil.
(E) suplementar, no valor de R\$ 250 mil.
50. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado
- (A) a despesa de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período igual a dois exercícios.
(B) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
(C) a despesa de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a dois exercícios.
(D) a despesa de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
(E) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a dois exercícios.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Maria Rafaela

51. Mariano presta serviços diários, remunerados e subordinados a uma Associação Beneficente que trata de pessoas com deficiência na sua cidade. Sua CTPS nunca foi assinada e ele trabalha há 5 anos ininterruptos, sem direito às férias e ao 13º salário, recebendo como salário o mínimo nacionalmente unificado. Ele procurou um advogado para que explicasse qual a natureza de sua relação jurídica, tendo em vista que a potencial empregadora não tem fins lucrativos e o pagamento do seu salário ocorre mediante as doações que a aludida associação recebe. O advogado corretamente, com base na CLT, deve fornecer a seguinte orientação:
- (A) Considera-se empregador apenas a empresa coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
(B) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
(C) Equiparam-se ao empregador, para todos os efeitos além da caracterização da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
(D) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
(E) Haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

52. Frida, Juliana, Richard, Fábio e Jailson são sócios da empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA. Jailson é sócio majoritário com 50% das ações. Frida e Juliana, após desentendimentos societários, resolveram sair da sociedade, sendo que somente a sócia Juliana fez a averbação de sua saída da empresa. Rafaela é empregada da empresa e acionou judicialmente diante de constantes atrasos no FGTS e nos recolhimentos previdenciários. Nesse caso, em relação à responsabilidade trabalhista da empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e dos sócios, assinale a correta.
- (A) Juliana e Frida responderão solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
 - (B) Juliana responderá subsidiariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, porém, Frida de forma solidária.
 - (C) Frida responderá subsidiariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, porém, Juliana de forma solidária.
 - (D) Juliana responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até um ano depois de averbada a modificação do contrato.
 - (E) Os bens de Jailson terão preferência sobre os bens da sociedade VALE TUDO NO BRASIL LTDA, por ele ser sócio majoritário.
53. O prazo prescricional para o ajuizamento de demandas relacionadas aos recolhimentos atrasados ou inexistentes de FGTS é de:
- (A) seis meses
 - (B) um ano
 - (C) dois anos
 - (D) três anos
 - (E) cinco anos
54. No que tange à prescrição trabalhista, entende-se como INCORRETO:
- (A) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
 - (B) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, em relação às anotações da CTPS do trabalhador que não foram feitas pelo empregador.
 - (C) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, mesmo quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
 - (D) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.
 - (E) Admite-se a declaração de prescrição intercorrente de ofício.
55. Sobre a relação de emprego prevista na CLT, considera-se INCORRETO aduzir:
- (A) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
 - (B) O empregador terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico.
 - (C) O empregador que mantiver empregado não registrado ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência, não se aplicando esse valor para o caso de EPP e ME.
 - (D) Comprovando-se falsidade, quer nas declarações para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento da autoridade que houver emitido a carteira, para fins de direito.
 - (E) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Maria Rafaela**

56. Mariano ajuíza demanda contra seu empregador no uso do jus postulandi, pois não tem condições econômicas de contratar advogado e também porque possui algum conhecimento jurídico, optando pela averbação de ação trabalhista nessa modalidade junto à Justiça do Trabalho. Conforme o TST, não poderia Mariano fazer uso do jus postulandi na seguinte hipótese:
- (A) pode participar de audiência de instrução.
 - (B) pode pedir prova pericial.
 - (C) pode interpor o RO se a sentença lhe for desfavorável total ou parcialmente.
 - (D) pode trazer testemunhas para a audiência.
 - (E) pode ajuizar a ação rescisória em caso de comprovada corrupção do juiz que o prejudicou em sentença.
57. Rafaela trabalhou durante 4 anos na empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e seu FGTS não foi recolhido e nem foram concedidas as férias. Ela procurou um advogado, que verificou que Rafaela, apesar de empregada da empresa, prestou serviços em favor do Município de Fortaleza diante de um contrato administrativo em que a empresa prestava mão de obra para hospitais do Município, pretendendo incluir o ente federado no polo passivo da demanda. O valor da causa é de 20 salários mínimos corrigidos hoje. Nesse caso:
- (A) o rito a ser adotado é o sumário.
 - (B) o rito a ser adotado é o ordinário.
 - (C) o rito a ser adotado é o sumaríssimo.
 - (D) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, a critério do número de testemunhas.
 - (E) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, a critério do interesse de Rafaela exclusivamente.
58. Rafaela trabalhou durante 4 anos na empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e seu FGTS não foi recolhido e nem foram concedidas as férias. Ela procurou um advogado, que verificou estar a empresa em local incerto e não sabido, sem qualquer notícia, inclusive do paradeiro dos sócios e, assim, necessário se torna a citação por edital. O valor da causa é de 20 salários-mínimos corrigidos hoje. Sendo assim:
- (A) o rito a ser adotado é o sumário.
 - (B) o rito a ser adotado é o ordinário.
 - (C) o rito a ser adotado é o sumaríssimo.
 - (D) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, se, pelo menos, o endereço de um dos sócios for possível de identificar.
 - (E) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, a critério do interesse de Rafaela, exclusivamente pela rapidez da demanda.
59. Rafaela é empregada da empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e ambos não possuem mais interesse em prosseguir na relação laboral e, para fins de evitar ajuizamento de ações futuras, o departamento jurídico da empresa sugeriu o acordo extrajudicial, aceito por Rafaela que, inclusive, concorda com os valores especificados. Aliás, o acordo trabalhista extrajudicial ocorre quando empregador e empregado chegam a um consenso fora da esfera judicial. Embora seja realizada de maneira direta, sem a necessidade de intervenção de um juiz, sua validade pode ser reforçada ao ser homologada pela Justiça do Trabalho. Acerca dessa modalidade prevista na CLT, é incorreto afirmar:
- (A) terá petição inicial, assinada por Rafaela e seu advogado.
 - (B) devem ter advogados diferentes
 - (C) faculta-se à Rafaela ser assistida pelo advogado do sindicato de sua categoria.
 - (D) no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
 - (E) a petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

60. Quanto ao recurso de revista em rito ordinário, considera-se correto, conforme expresso na CLT:
- (A) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) O recurso de revista possui efeito suspensivo.
 - (C) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da CF/1988 e de súmulas vinculantes do STF.
 - (D) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, mesmo que ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) Não existe previsão de recurso de revista por violação à lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à CF/1988 nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

DISCURSIVA
Letícia Bastos

No cenário atual, o serviço público enfrenta o desafio constante de equilibrar eficiência e transparência, especialmente diante das crescentes demandas da sociedade por qualidade nos serviços e uso responsável dos recursos públicos. Essa realidade exige não apenas a modernização de processos administrativos, mas também o fortalecimento da ética profissional e do compromisso com o bem comum por parte dos servidores. Nesse contexto, o candidato deverá refletir sobre como as práticas éticas e a eficiência administrativa podem transformar o serviço público em um instrumento de justiça social e desenvolvimento.

PADRÃO DE RESPOSTA

Introdução

A introdução deve contextualizar o papel do serviço público na promoção do bem-estar social, destacando o desafio de equilibrar eficiência e ética no atendimento às demandas da sociedade. O candidato deve apresentar a tese de que práticas éticas e eficientes são fundamentais para transformar o serviço público em um instrumento de justiça social e desenvolvimento.

Exemplo:

O serviço público é essencial para garantir direitos fundamentais e promover a justiça social. No entanto, a busca por eficiência administrativa deve estar alinhada a práticas éticas, de forma a atender às crescentes demandas da sociedade com transparência e compromisso com o bem comum. Assim, é crucial refletir sobre como a ética e a eficiência podem transformar o serviço público em um mecanismo de desenvolvimento e justiça.

Desenvolvimento 1: O papel da ética no serviço público

A ética é um dos pilares fundamentais do serviço público, sendo essencial para orientar as ações dos servidores no cumprimento de suas funções. A ausência de práticas éticas resulta em corrupção, má gestão e perda de confiança da sociedade. O candidato deve explorar como a ética contribui para a transparência, a responsabilidade social e a credibilidade das instituições públicas.

Exemplo:

A ética profissional garante que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável, evitando desvios e promovendo a confiança social. Além disso, servidores públicos que agem com ética fortalecem a imagem das instituições, consolidando a relação de confiança entre governo e população.

Desenvolvimento 2: A importância da eficiência administrativa

A eficiência administrativa envolve a otimização de recursos, a modernização de processos e a entrega de serviços de qualidade à população. O candidato deve discutir como a falta de eficiência resulta em desperdício, lentidão e insatisfação social. Além disso, deve apresentar exemplos de práticas administrativas que conciliem eficiência com a garantia de direitos.

Exemplo:

A modernização tecnológica, como a digitalização de serviços, é um exemplo de eficiência administrativa que melhora a prestação de serviços e reduz custos. Contudo, para que a eficiência seja eficaz, é necessário investir na capacitação de servidores e no planejamento estratégico.

Desenvolvimento 3: A relação entre ética e eficiência no serviço público

O candidato deve argumentar que a eficiência administrativa, sem ética, pode comprometer a transparência e a equidade na distribuição de recursos. Por outro lado, práticas éticas sem eficiência podem resultar em uma gestão lenta e ineficaz. É necessário destacar que ética e eficiência devem caminhar juntas para que o serviço público alcance seus objetivos de justiça social e desenvolvimento.

Exemplo:

A integração entre ética e eficiência administrativa é indispensável para a construção de um serviço público eficaz e comprometido com o bem-estar social. Um exemplo é a adoção de mecanismos de compliance no setor público, que garante tanto a transparência das ações quanto a otimização dos processos administrativos.

Conclusão

A conclusão deve retomar a tese e apresentar propostas que conciliem ética e eficiência administrativa no serviço público. O candidato pode sugerir ações como a capacitação de servidores, a implementação de mecanismos de controle e transparência, e o uso de tecnologias para modernizar processos.

Exemplo:

Dessa forma, a transformação do serviço público em um instrumento de justiça social e desenvolvimento exige a integração entre práticas éticas e eficiência administrativa. Investir na capacitação de servidores, na modernização de processos e na transparência das ações públicas são caminhos indispensáveis para consolidar um serviço público que atenda às demandas da sociedade de forma justa e responsável.

QUESITOS AVALIATIVOS

1. Conteúdo (até 4,00 pontos)

Avalia-se a abordagem do tema, considerando a profundidade, clareza e consistência dos argumentos apresentados.

Critérios de Avaliação

- (A) **Perspectiva adotada no tratamento do tema:** Avalia a originalidade e a adequação do ponto de vista apresentado no texto, bem como a sua relevância em relação à proposta.
- (B) **Capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto:** Examina a profundidade da argumentação, a relação estabelecida entre ideias e a capacidade do candidato de oferecer uma análise reflexiva.
- (C) **Consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento:** Verifica a lógica e a clareza no desenvolvimento das ideias, bem como a pertinência e a fundamentação dos argumentos utilizados.

Aspectos Negativos

Abordagem tangencial, parcial ou diluída em divagações.

Colagem de textos ou partes de questões apresentados na prova.

2. Estrutura (até 3,00 pontos)

Avalia-se a organização textual e o respeito às características do gênero solicitado.

Critérios de Avaliação

- (A) **Respeito ao gênero solicitado:** Verifica se o texto segue o gênero dissertativo-argumentativo, com introdução, desenvolvimento e conclusão adequados, além de uma tese clara e bem fundamentada.
- (B) **Progressão textual e encadeamento de ideias:** Examina a lógica e a fluidez na apresentação das informações, garantindo que as ideias avancem de forma coerente ao longo do texto.
- (C) **Articulação de frases e parágrafos (coesão textual):** Analisa o uso de elementos coesivos, como conectores, pronomes e estruturas sintáticas, para assegurar a ligação entre frases e parágrafos.

Aspectos Negativos

Ausência de partes essenciais da estrutura (introdução, desenvolvimento ou conclusão).

Argumentação desorganizada ou desconexa.

Falta de coesão entre frases e parágrafos.

3. Expressão (até 3,00 pontos)

Avalia-se o desempenho linguístico do candidato, com foco no domínio da norma culta da língua portuguesa e na adequação da linguagem.

Critérios de Avaliação

- (A) **Desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade:** Analisa a clareza, a precisão vocabular e a capacidade de formular ideias de acordo com o nível esperado para o cargo.
- (B) **Adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso:** Verifica a formalidade e a adequação da linguagem ao gênero dissertativo-argumentativo.
- (C) **Domínio da norma culta formal:** Avalia o uso correto das regras gramaticais, incluindo:

Estrutura sintática de orações e períodos.

Elementos coesivos.

Concordância verbal e nominal.

Regência verbal e nominal.

Emprego de pronomes.

Flexão verbal e nominal.

Uso de tempos e modos verbais.

Grafia e acentuação.

Aspectos Negativos

Uso inadequado de linguagem formal ou desvios graves da norma culta.

Erros recorrentes de ortografia, acentuação, concordância, regência e pontuação.



Controladoria-Geral do Município de São Paulo
Analista Judiciário – Área Administrativa

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Analista Judiciário – Área Administrativa
---------------------------------------	--

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

MAIS DE **35 MIL CURSOS** ONLINE PARA VOCÊ!

Estude quando quiser,
para o cargo que quiser,
na hora que quiser.

Seus estudos do seu jeito.

ASSINATURA ILIMITADA X



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora